

TUANE OLIVEIRA GONÇALVES

FEMINISMOS E VIVÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CHINA CONTINENTAL

FEMINISM AND LIFE EXPERIENCE: AN ANALYSIS ABOUT GENDER RELATIONS IN MAINLAND CHINA

PALAVRAS-CHAVE:

feminismo chinês; questões de gênero; República Popular da China; interseccionalidade; mulheres chinesas

KEYWORDS:

Chinese feminism; gender issues; China Popular Republic; intersectionality; chinese women.

RESUMO

A partir, principalmente, das ideias de Ya-chen Chen, o propósito deste artigo é trazer a debate o feminismo chinês e seu histórico de relevância nas pautas feministas e de gênero. Com o intuito de compreender como se consolidou o feminismo e quando começaram as discussões em torno do gênero na China continental, a análise vai desde um pouco antes da ascensão do Partido Comunista até problemas atuais. A ideia não é esgotar toda a discussão sobre o tema, mas introduzir a complexidade em torno das questões de gênero que estreitam as relações sociais no país asiático.

ABSTRACT

Based mainly on the ideias of Ya-chen Chen, the purpose of this article is to discuss Chinese feminism and its relevance in the history of feminism and gender. The idea is to understand how feminism was consolidated in China and when the discussion around gender started, the analysis covers the period from the Communist Party rule to modern China. The idea is not to exhaust all debate around the subject, but to introduce the complexity around gender issues that narrow down the social relationships in the Asian country.

What we ask about women and feminism generally can also be asked of Chinese women and Chinese feminism. What is Chinese woman? What is Chinese feminism? What role does diversity play in regard to Chinese women and Chinese feminism? – YA-CHEN CHEN, 2011: 3

INTRODUÇÃO

O livro de Judith Butler *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), lançado originalmente em 1990, foi um marco inicial para um debate crítico a respeito das formas particulares de dominação e opressão de gênero que existem ao redor do mundo, uma vez que as características do patriarcado variam de acordo com o contexto. Por consequência, é impossível pressupor a existência de apenas um movimento feminista que seja igual em todo e qualquer lugar. O feminismo em países do Oriente, por exemplo, não é compreensível a partir de noções de opressão que se configuram no Ocidente, e seria ainda menos adequado “tender a construir um ‘Terceiro Mundo’ ou mesmo um ‘Oriente’ em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental” (BUTLER, 2003: 21). Se as opressões são diversas, é indispensável reconhecer também a heterogeneidade dos feminismos e das demandas existentes.

Para a autora, é inviável separar gênero dos contextos sociais, culturais e, inclusive, das modalidades de raça e classe; o gênero não se configura de forma consciente nas conjunturas históricas, mas está entrelaçado com as interações vividas em cada região e período histórico, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003: 20), é preciso pensar na sua posição econômica, racial, étnica, tudo isso está interseccionado com a política e a cultura da região.

Partindo desse pressuposto, este artigo pretende introduzir sobre as relações de gênero e o feminismo na China continental a partir, principalmente, da ótica proposta por Ya-chen-Chen (2011). Para tanto, há três pontos de suma importância para a interpretação do feminismo no país asiático que precisam ser destacados. O primeiro deles é que o feminismo chinês não pode ser entendido simplesmente da mesma maneira que as teorias e as práticas feministas ocidentais, por mais que estas tenham sido chave para inserção do feminismo na sociedade chinesa. O segundo ponto a ser esclarecido e evidenciado é que não se deve considerar o feminismo na China como um único feminismo que engloba todo o território cultural da região, é preciso pensar em feminismos que existem em condições políticas diversas (CHEN, 2011). Por último, o foco se voltará à China Continental para compreender sob que circunstâncias o feminismo se desenvolveu nesta região. Existem dimensões variadas do feminismo chinês que estão para além do contexto comunista e da República Popular da China (RPC).

Sobre a relação com as teorias e práticas ocidentais, Chen afirma que as mulheres chinesas tiveram pouca oportunidade de ler e responder às autoras feministas do Ocidente, e, com isso, a autora busca um reconhecimento das demandas das mulheres amarelas, uma vez que os problemas de gênero também fazem parte da sociedade chinesa. “*I am certainly not the first reader to demand the right to be recognized. For instance, black feminist have felt that mainstream feminism did not include them*” (CHEN, 2011: 15). Embora muitas chinesas compartilhem alguns problemas com mulheres negras de “Terceiro Mundo”, seria errôneo igualar a situação delas com as mulheres de países em desenvolvimento, que em sua maioria são pobres, e muitas vezes não possuem oportunidade de estudo e nem de carreira,

como argumenta Chen. O caso da China é bastante diverso, visto que muitas regiões são desenvolvidas, “*and even surpassing the United States in more ways than Americans would like to admit.*” (CHEN, 2011: 13). Em relação à oportunidade de educação e trabalho, as mulheres também não se encontram muito abaixo dos homens¹.

Desta forma, é preciso se libertar da capa hegemônica ocidental e buscar compreender o ativismo feminista pela ótica dessas mulheres, pois, como já mencionado, as questões de gênero variam conforme o contexto social, econômico e histórico. Um exemplo disso é que, quando Beauvoir (1970) escreveu *O segundo sexo*, pensava apenas nas mulheres europeias e brancas da sua época, e não sobre as meninas asiáticas abusadas, abandonadas e vendidas como animais. Nesses casos, “*they were not merely the second sex but secondary human beings at that time.*” (CHEN, 2011: 15).

Quando se pensa nas questões de gênero e no feminismo chinês é preciso considerar a existência de diferentes regiões na China que não podem ser resumidas a uma só unidade que compõem a República Popular da China (RPC), a complexidade cultural do território deve ser levada em conta. Portanto, não há um único feminismo contido em uma unicidade cultural, mas sim diversidades de contextos vividos em todo país, como elucida Chen. Para ela, quando se fala de feminismo chinês é necessário olhar as outras regiões que também compõem a história chinesa, como Hong Kong, Taiwan, Macau, Tibete, pois os problemas de gênero nesses locais também foram e são relevantes, além de que as mulheres da RPC não são as mesmas que de Hong Kong ou Taiwan, por exemplo (CHEN, 2011). Apenas assim será possível mensurar a complexidade do pensamento feminista chinês com tantas dimensões.

O MOVIMENTO FEMINISTA NA CHINA CONTINENTAL

Partindo das considerações que foram feitas nos parágrafos anteriores, a questão é entender como o movimento feminista surgiu na República Popular da China e como foi a relação desse movimento com o contexto cultural, social e político ao longo da história. Primeiramente pode-se afirmar que o movimento feminista na China (RPC) antecede a era comunista, dado que desde o fim da Dinastia Qing (1644-1912) muitos chineses foram enviados para estudar no exterior com o intuito de regressar com os conhecimentos necessários para modernizar o país (CHEN, 2011). Devido a isto, muitas ideias e pensamentos feministas começaram a surgir no território chinês. Embora ideias e ativismos tenham sido trazidos principalmente do Ocidente, as teorias feministas desenvolveram suas próprias variações de pensamento “*based upon their own assimilation, revisions, and reformulations of originally Western feminist ideas.*” (CHEN, 2011: 18). Assim, apesar da influência do Ocidente, essas ideias foram configuradas para o contexto sociocultural chinês, sendo uma prática recorrente no fim da Dinastia Qing e na Era Republicana (1912-1949).

Neste período, diferentemente da luta das mulheres no Ocidente contra o patriarcado², na China, o feminismo foi apropriado e propagado pelos homens revolucionários como forma de transformar o país. Houve uma forte associação entre as feministas e os homens reformadores que tinham como propósito, não a queda do patriarcado, nem a luta contra a discriminação de gênero, mas sim a modernização e fortalecimento da China (CHEN, 2011: 32-33). Paralelo a isso, vale mencionar que o movimento de 4 de maio de 1919 foi um movimento anti-imperialista, cultural e político que também levantou uma bandeira feminista.

¹Como apontam os dados do *Human Development Indicator* (indicadores referentes a trabalho, educação e qualidade de vida). Eles podem ser acessados por meio do link: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/CHN#>>. Acesso em: 31/08/2020.

²Pinto (2010) divide o feminismo ocidental em dois momentos. O primeiro vigorou no século XIX quando mulheres se organizaram em prol de seus direitos na Inglaterra, a ação mais proeminente destas mulheres foi a reivindicação pelo direito ao voto. O segundo momento é marcado pelos escritos de Simone de Beauvoir com a obra *O segundo sexo* de 1949 (PINTO, 2010). Nele, Beauvoir exerce uma crítica em torno da explicação biológica sobre a existência da figura feminina e passa a argumentar que essa existência está ligada mais a fatos históricos e contextos sociais e culturais do que a determinações biológicas.

Apesar do pensamento e desenvolvimento do feminismo chinês não ter se iniciado nesse momento, ele serviu de impulso para o debate em torno da questão. As duas maiores estratégias de libertação da mulher, no discurso daqueles que participaram do movimento, era a da educação e abertura para o mercado de trabalho. Aqueles que estavam à frente do movimento argumentavam que mulheres mais bem-educadas se tornariam mães melhores e que, assim, construiriam uma base mais forte para a China (CHEN, 2011: 38). Este raciocínio advinha também de homens reformadores do final da Dinastia Qing e início da Era Republicana (1912-1949).

Chen relata que muitos olham para o desenvolvimento do feminismo no país a partir da chegada e instauração do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1949, pois houve, por meio do partido, leis que buscavam diminuir a desigualdade entre homens e mulheres. Mao Zedong, líder do novo regime político, destacava que as mulheres sustentavam metade do céu, a outra metade era responsabilidade dos homens. O partido criou uma organização governamental chamada *Fulian* “(a.k.a. the All-China Women’s Federation)” (CHEN, 2011: 42), que foi uma das mais poderosas unidades para organizar as mulheres chinesas e executar decisões políticas que se referiam a elas.

Algumas das deliberações dessa organização que contribuíram para o novo governo foram, por exemplo, a abolição da feminilidade, criar uma mulher comunista sem gênero, além de apoiar a política do filho único³ (CHEN, 2011: 42). Mesmo com o desdobramento do Partido Comunista, o feminismo chinês foi apropriado por homens nacionalistas, comunistas e pós-colonialistas para atingir seus objetivos políticos. Para isso foram criadas leis para alcançar a igualdade de gênero, a abolição da poligamia e a proibição do *foot-binding*⁴, tudo sob o véu do ideal feminista, como afirma Chen.

Contudo, Chen elucida que mesmo essas políticas comunistas deram prosseguimento a movimentações para a emancipação das mulheres chinesas que se iniciaram anteriormente. Questões como o *foot-binding*, maiores oportunidades de emprego e liberdade em escolher o parceiro já eram discutidas antes da chegada do Partido Comunista Chinês (PCC). “*In other words, PRC [People’s Republic of China]⁵ feminism is not a historically unique as the CCP [Chinese Communist Party] ⁶ claimed*” (CHEN, 2011: 43). A primeira política *anti-foot-binding*, por exemplo, começou na dinastia Qing, em 1898, e duas décadas antes do partido Comunista Chinês tomar o poder, o governo nacionalista já havia declarado mais oportunidades de mulheres se tornarem chefes de famílias como os homens (CHEN, 2011: 42).

A política do filho único, implementada pelo PCC, diminuiu o problema de crescimento populacional, o que fez com que houvesse maior controle de natalidade na República Popular da China. Porém, a política de gênero no período comunista não mudou a preferência das famílias por filhos homens, o que gerou problemas com infanticídio feminino (CHEN, 2011: 45). “*Some people ‘drowned, smothered, or abandoned’ baby girls*” (HONIG & HERSHATTER, s.d., apud CHEN, 2011: 58). Conforme Sukup (2002), o aumento de crianças do sexo masculino em relação ao feminino cresceu de 15% a 20% desde a promulgação da lei. Segundo Fincher, o *Fulian* foi responsável por garantir que a população cumprisse com a política do filho único, forçando as mulheres a abortarem por meio do monitoramento da vida reprodutiva, “*women’s bodies became mere objects of state contraceptive control, vehicles for the achievement of urgent demographic targets*” (GREENHALGH, s.d., apud FINCHER, 2014: 20).

Se para as feministas ocidentais o aborto é um direito da mulher, para a RPC significa discriminação sexual contra meninas (CHEN, 2011: 8). Se a

³ Política de controle de fertilidade, em vigor entre 1979 e 2015, como forma de controlar o crescimento populacional. Previa que as famílias poderiam ter apenas um filho, crianças a mais eram excluídas da educação pública gratuita e os pais poderiam ser multados pelo descumprimento da lei (EBENSTEIN, 2010: 89).

⁴ Método Chinês que amarrava os pés das meninas para permanecerem pequenos. Era indicador de status e garantia de um bom casamento. É descrito também como uma forma de manter as mulheres presas à vida doméstica e torná-las objetos sexuais das fantasias eróticas dos homens. (KO, 1997)

⁵ Meu destaque.

⁶ Meu destaque.

política do filho único não atinge de 2 a 3 terços da população chinesa, ela gerou, por outro lado, uma lacuna entre homens e mulheres nascidos, argumenta Fincher. Entre 1982 e 1989, o número de meninos nascidos para 100 meninas subiu de 107 para 114, sendo que o nível biologicamente normal é de 105 a 106 (CHEN, 2011). Em 2008, o pico foi de 121 meninos para 100 meninas e, em 2012, caiu de 117 meninos para 100 meninas. De acordo com o *China's National Bureau of Statistics*, na década de 2010, havia cerca de 20 milhões de homens a mais que mulheres com menos de 30 anos (FINCHER, 2014: 10).

Além disso, Chen aponta que não houve a completa libertação das mulheres pelo Partido Comunista, ainda que elas tenham conquistado a esfera pública, continuavam a ter todas as responsabilidades da esfera privada, ou seja, sob os trabalhos que dizem respeito às questões domésticas. Por outro lado, aos homens só era cobrado o papel externo à casa, isto é, seu trabalho na esfera pública. A autora destaca também que as mulheres eram excluídas dos cargos de alta liderança do partido e continuaram com funções inferiores no mercado de trabalho, mesmo provando serem capazes, tanto quanto os homens, de exercerem cargos mais altos. “*In other words, these female factory workers were only half-liberated, not truly equal to the male gender.*” (CHEN, 2011: 43).

O FEMINISMO PÓS ERA MAOÍSTA

Muitos estudos em torno dos problemas de gênero questionam se o Partido Comunista realmente tinha preocupação em emancipar e cuidar das mulheres. Com a morte de Mao Zedong, em 1976, a China começou a abrir gradativamente as portas para o Ocidente e pouco tempo depois, na década de 1980, iniciou o período que as feministas consideram o apogeu do feminismo chinês, de acordo com Chen. Ela afirma que foi nessa época que *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, foi traduzido para o Chinês; em 1988 foi criado o 1º curso de crítica literária feminista na Universidade de Pequim; e em 2003, a universidade Fudan tentou oferecer aulas sobre relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. “*This post-maoist era was the first time for a large number of women with higher educational backgrounds to professionally theorize and analyze women.*” (CHEN, 2011: 45). Outro fato frisado por Chen é que a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, ocorrida em Pequim no ano de 1995, foi importante para o ativismo chinês ganhar força e, a partir de então, noticiar diversas ações das feministas com o propósito de tornar a China um local com menor desigualdade entre gêneros.

Embora tenha havido um empoderamento do feminismo na China e a discussão em torno do gênero tenha começado a ganhar as universidades, as mulheres ainda sofrem com as pressões sociais e os estereótipos que as definem. Elas nunca são só indivíduos com desejos, são solteiras, casadas, mães. Existe um termo utilizado para as mulheres urbanas, profissionais, que não se casam até os 27 anos, elas são vistas na sociedade como as que sobram, em inglês *leftover* ou em chinês *shengnu* 剩女. Este termo foi criado e difundido, em 2007, pela *All-China Women's Federation*, justamente a organização criada pelo Partido Comunista para tratar de assuntos referentes às mulheres, como mencionado anteriormente. As mulheres que sobram se tornaram uma preocupação do governo que propunha políticas para promover o casamento, o planejamento familiar e a estabilidade social (FINCHER, 2014: 11).

Por conseguinte, responder à pergunta “o que são as mulheres chinesas?”

aponta para um caminho totalmente diferente do que se está acostumado no Ocidente, o que se reflete diretamente na atuação das ativistas e na história do feminismo na China. O país passou por diversos momentos que dizem respeito às questões de gênero, desde as mulheres serem tratadas como um objeto para satisfazerem aos homens, ao ponto de ser mantida uma tradição em que seus pés eram amarrados na infância para garantir um bom casamento, até políticas que buscavam igualá-las a eles. De qualquer modo, apesar das mudanças geradas ao longo do tempo, é impreterível dizer que a desigualdade ainda ocorre de maneira generalizada, pois há uma grande pressão para que as mulheres se casem até os 27 anos, de forma a fazer com que as obrigações familiares continuem sendo superiores à decisão da mulher de progredir na carreira profissional antes de constituir família. Além disso, com a política do filho único, o infanticídio feminino se tornou uma realidade preocupante e as mulheres ainda são vítimas de violência sexual, sendo essa uma das pautas proeminentes das ativistas do movimento feminista.

No livro, *As boas mulheres da China*, Xinran (2003) denuncia a insegurança de ser mulher em seu país e questiona “quanto vale, exatamente, a vida de uma mulher na China?”. Seu incômodo em torno dessa questão é devido aos relatos que ela coletou, durante o período entre 1980 e 1997, de mulheres que denunciaram os abusos e violências sofridos pelos homens e pela sociedade chinesa em geral. Liao (2018) também denuncia a situação preocupante do assédio sexual na China, ressaltando que pesquisas apontam que uma em cada três estudantes chinesas sofreram algum tipo de assédio sexual e, mesmo assim, os tribunais chineses negligenciam esses casos. Segundo ela, o governo toma algumas medidas para ajudar a combater o assédio, por exemplo, em Guangzhou, há vagas no trem reservados apenas às mulheres durante o horário de pico, ou seja, a entrada de homens é proibida nesse período. Todavia, vale questionar se tais medidas resolvem a questão da violência de sexo no país ou é apenas uma forma paliativa de lidar com o problema.

Ademais, na prática, muitas mulheres continuam à margem das tomadas de decisões. É possível conceber que as decisões sobre a vida delas ainda estão perpetradas pela dominação masculina. No entanto, é possível afirmar que o feminismo, ao longo das décadas, deixou de servir apenas como status de modernização chinesa e aos interesses da classe dominante e começou, aos poucos, a denunciar esses valores hegemônicos, a violência contra a mulher e as desigualdades que ainda são latentes na sociedade chinesa.

RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO NO FEMINISMO CHINÊS

É necessário destacar a diferença na reação governamental, repressiva face ao ativismo e às campanhas recentes, sobretudo, no âmbito do assédio sexual, em contraposição ao apoio na história do feminismo na China. Foi observado que nas décadas passadas o feminismo não apenas obteve apoio da classe dominante, isto é, dos homens, como também foram estes os principais atores das reformas que contribuíram para políticas de igualdade, incentivaram mulheres a trabalharem fora e a estudarem.

Enquanto as feministas ajudaram na modernização da China e o privilégio masculino foi mantido, a elite de homens chineses se manteve satisfeita e até mesmo contribuiu para ver o desenvolvimento do feminismo (CHEN, 2011: 306). Em outras palavras, enquanto gerou um interesse econômico e político por parte daqueles que governam, não houve problema em impulsionar o mo-

vimento. Entretanto, quando esse ativismo demonstra ser uma ameaça a essa hegemonia, então, torna-se inimigo declarado do Estado e passa a ser vítima de censuras e até mesmo de perseguição. Posto isto, a história do feminismo chinês não é só uma história de lutas por direitos, mas também de contradições.

A ambivalente reação ao feminismo na China pode ser mais bem compreendida se usarmos as categorias que Nancy Fraser (2006) constituiu para analisar os movimentos por justiça na contemporaneidade, sendo estes predominadas por dois tipos de reivindicação, que representam dois aspectos da justiça. Uma delas é a demanda por redistribuição, ou seja, por uma justa distribuição da riqueza; a segunda é a busca por reconhecimento por outras etnias, identidades sexuais ou gêneros que não fazem parte da cultura dominante (FRASER, 2006). Ainda que sejam reivindicações distintas, ambas se justificam sob um mesmo princípio de justiça e, mais do que isso, todas as injustiças são compostas simultaneamente por elementos de má distribuição e falta de reconhecimento (CYFER, 2017).

Todavia, uma injustiça se diferencia da outra quanto à causa principal que prevalece. Os grupos de gênero são justamente um daqueles que mais possuem um caráter bidimensional ou bivalente, em outros termos, com problemas nos dois aspectos da justiça (CYFER, 2017). O exemplo das lutas e repressões ao feminismo chinês mostra claramente como, apesar de elas terem conseguido importantes avanços na redistribuição, isto é, na possibilidade de terem uma carreira e estudarem, o reconhecimento, por outro lado, lhes é constantemente negado, como demonstram os reiterados assédios sexuais, os rótulos e estereótipos em que as mulheres são estigmatizadas pelos próprios termos linguísticos que as definem etc. Vale ressaltar que o reconhecimento sofre barreiras ainda mais fortes porque o Estado chinês não abre espaço para um diálogo saudável com essas mulheres que lutam pelo rompimento das estruturas sociais patriarcais.

CONCLUSÃO

Tal questão talvez revele que a tentativa de explicar o feminismo chinês somente com as teorias e práticas do Ocidente, sem ter um olhar voltado para a vivência dessas mulheres na China, pode ser insuficiente. As práticas não se encaixam sempre na mesma categoria analítica. Os movimentos chineses têm características próprias.

Muitas feministas e teóricas da questão de gênero chinesas, apesar de terem sofrido influências ocidentais, moldaram e reconfiguraram as ideias feministas para sua própria realidade cultural e social. Neste sentido, talvez seja necessário transpassar a hegemonia dos conceitos e categorias analíticas ocidentais – incluindo a de Fraser (2006) – e buscar compreender e analisar o que é feminismo da percepção dessas mulheres chinesas. Como afirma Said (1990), não é um heroísmo para reconstruir o Oriente, mas a busca para compreender como as estruturas e pensamentos se moldam em outros contextos e realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CHEN, Ya-chen. **Breaking Feminist Waves: The Many Dimensions of Chinese Feminism**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- CHINA. The Asian Foundation. **Impact of Domestic Violence on the Workplace in China**. 2017. Disponível em: <<https://asiafoundation.org/wp-content/uploads/2017/11/Impact-of-Domestic-Violence-on-the-Workplace-in-China.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- CYFER, Ingrid. Feminismo, identidade e exclusão política em Judith Butler e Nancy Fraser. **Idéias**, [S.l.], v. 8, n. 1, pp. 247-274, ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649783>>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- EBENSTEIN, Avraham. The “missing girls” of China and the unintended consequences of the one child policy. **Journal of Human Resources**, v. 45, n. 1, pp. 87-115, 2010. Disponível em: <https://scholars.huji.ac.il/sites/default/files/avrahamebenstein/files/ebenstein_onechildpolicy_2010.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- FINCHER, Leta Hong. **Leftover Women: the resurgence of gender inequality in China**. New York: Zed Books Ltd., 2014.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22 n. 2, pp. 201-210, mai-Ago 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- HDRO. **Human Development Reports Office**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/CHN#>>. Acesso em: 09 jul. 2018.
- KO, Dorathy. The body as attire: the shifting meanings of footbinding in seventeenth-century China. **Journal of Women's History**, vol. 8, n. 4, 1997. Disponível em: <<https://history.osu.edu/sites/history.osu.edu/files/The-Body-as-Attire.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- LIAO, Shannon. **China's Feminist Movement Braves a Government Crackdown on #metoo**. The verge. 2018. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2018/2/9/16897048/metoo-china-feminism-activism>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, pp.15-23, jun, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- XINRAN, Xue. **As Boas Mulheres da China: vozes ocultas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TUANE OLIVEIRA GONÇALVES Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atualmente cursando Letras – Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) – tuaneog@usp.br